

## **A DIPLOMACIA CIENTÍFICA PORTUGUESA E AS REDES DE PROFISSIONAIS, INVESTIGADORES E ESTUDANTES PÓS-GRADUADOS PORTUGUESES NO ESTRANGEIRO: DA FUGA À CIRCULAÇÃO DE CÉREBROS**

**JOÃO MOURATO PINTO**

[jmouratopinto@gmail.com](mailto:jmouratopinto@gmail.com)

Licenciado em Relações Internacionais pela Universidade de Coimbra e mestre em Relações Internacionais – Estudos Europeus por esta Universidade e por Sciences Po Bordeaux. É professor de diplomacia e doutorando na Universidade do Minho (Portugal), dedicando-se ao estudo da ação global da União Europeia, particularmente em relação ao Brasil e à América do Sul. É membro colaborador do Centro de Investigação em Ciência Política da Universidade do Minho e trabalhou no Conselho Europeu de Investigação/European Research Council (Comissão Europeia). Foi Presidente da Erasmus Student Network (2017-2019), organização onde trabalhou para melhorar a acessibilidade e a qualidade dos intercâmbios académicos no ensino superior a nível global. Os seus principais interesses de investigação são a Ação Externa da União Europeia, política externa brasileira, regionalismo sul-americano e diplomacia.

### **Resumo**

A diplomacia científica é um campo que nasce da interação entre a ciência e a diplomacia. Surge num contexto de alargamento do multilateralismo a novos atores onde se incluem os cientistas, as Instituições de Ensino Superior, laboratórios, empresas e cidades. A Resolução do Conselho de Ministros n.º 78/2016 é a matriz legal da diplomacia científica portuguesa, apresentando-a como um de vários pilares para a internacionalização da ciência e tecnologia do país. De entre os vários atores identificados por esta resolução, as “Redes constituídas por Profissionais, Investigadores e Estudantes Pós-Graduados Portugueses a trabalhar no estrangeiro” têm um potencial elevado, sobretudo tendo em conta as sinergias que poderão criar com embaixadas, pela via de conselheiros científicos, e com as Instituições de Ensino Superior e cidades portuguesas. Após uma contextualização da diplomacia científica enquanto disciplina e prática europeia e nacional, este artigo contribui para esse debate através de uma reflexão exploratória sobre a papel das redes de profissionais e investigadores portugueses no estrangeiro na operacionalização da diplomacia científica portuguesa.

### **Palavras-chave**

Diplomacia científica; União Europeia; Portugal; emigração; ensino superior

### **Como citar este artigo**

Pinto, João Mourato (2022). A diplomacia científica portuguesa e as redes de profissionais, investigadores e estudantes pós-graduados portugueses no estrangeiro: da fuga à circulação de cérebros. In Janus.net, e-journal of international relations. Vol. 13, Nº 1, Maio-Outubro 2022. Consultado [em linha] em data da última consulta, <https://doi.org/10.26619/1647-7251.13.1.7>

**Artigo recebido em 3 Maio 2021 e aceite para publicação em 3 Março 2022**





## **A DIPLOMACIA CIENTÍFICA PORTUGUESA E AS REDES DE PROFISSIONAIS, INVESTIGADORES E ESTUDANTES PÓS-GRADUADOS PORTUGUESES NO ESTRANGEIRO: DA FUGA À CIRCULAÇÃO DE CÉREBROS**

**JOÃO MOURATO PINTO**

### **Introdução**

O termo “diplomacia científica” refere-se a um conjunto de práticas que cruzam os setores da investigação, ensino superior, ciência, tecnologia e inovação com a área das relações internacionais, identificando pontos de interesse comum e instigando à sua colaboração em desafios partilhados. O seu caráter abrangente tem-se traduzido, por um lado, em alguma confusão conceptual e, por outro, numa constante inovação na sua aplicação.

Esta expansão conceptual e pragmática tem conduzido algumas organizações a refletir sobre o seu contributo para a diplomacia científica. Entre estas encontram-se as “redes constituídas por profissionais, investigadores e estudantes pós-graduados portugueses no estrangeiro”, as quais começaram a surgir há pouco mais de uma década por organização espontânea dos portugueses emigrados. A Resolução do Conselho de Ministros n.º 78/2016, a qual serve de enquadramento legal da diplomacia científica em Portugal, atribui-lhes um papel de “interlocutor” entre o Governo e as embaixadas portuguesas e os investigadores portugueses emigrados. Este papel de interlocução constitui uma inovação que outros países também têm procurado explorar e que, com a estratégia acertada, pode tornar-se numa pedra angular do exercício futuro da diplomacia científica.

Neste artigo exploratório, o qual parte de um *briefing paper* escrito para o Ministério dos Negócios Estrangeiros e para o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, discute-se o papel que estas redes podem desempenhar no contexto alargado da diplomacia científica portuguesa. Em particular olha-se para o seu potencial agregador de emigrantes graduados portugueses, sobretudo os que trabalham no meio científico, como forma de contribuir para a substituição do termo “fuga de cérebros” por “circulação de cérebros”. Este artigo argumenta que o trabalho em rede e no estrangeiro, seja de forma temporária ou permanente, é uma condição intrínseca à profissão científica, afetando especialmente os países mais periféricos e com menores recursos. Partindo dessa premissa, é argumentado que as redes de profissionais e investigadores portugueses no estrangeiro podem servir de pontos de contacto entre essa comunidade e Portugal, ajudando à sua integração no novo meio enquanto a mantém informada sobre



e promove o seu envolvimento na ciência feita por portugueses, em Portugal e no resto do mundo. Este contacto horizontal (entre pares) e vertical (com o país) permite tanto à diplomacia como à ciência portuguesa incluir na sua ação o contributo dos cientistas portugueses no estrangeiro, seja pela via do conhecimento obtido ou pela via das redes em que estes se inserem.

Para atingir este fim, a análise começa por salientar os principais aspetos do debate em torno da definição da diplomacia científica, incluindo a sua relação com a chamada fuga de cérebros, partindo depois para uma visita à sua aplicação pela União Europeia (UE). Este enquadramento é seguido de uma análise mais detalhada do caso português, atentando sobretudo às dinâmicas mais relevantes para as redes em causa. Nesse sentido, o seu papel – presente e potencial – é articulado com o dos conselheiros científicos, Instituições de Ensino Superior (IES) e cidades, procurando assim seguir múltiplos ângulos na vida de um investigador. Por fim, são apresentadas ideias para o futuro com o intuito de contribuir para o debate académico e prático em torno do papel da diplomacia científica na diplomacia e na ciência portuguesa. Ao longo do documento são introduzidos exemplos estrangeiros como ilustração dos argumentos apresentados.

## **1. A ciência como ramo da diplomacia (e vice-versa)**

A diplomacia científica é um tema relativamente recente, mas em rápida evolução. Esta insere-se num quadro de mudança do multilateralismo, hoje caracterizado também por um progressivo alargamento das práticas diplomáticas a outros setores da sociedade. Estas novas práticas não substituem a diplomacia tradicional, a qual permanece um dos mais importantes instrumentos de política externa de cada país, particularmente nas relações formais entre Estados. Não obstante, inserem-se num quadro de paulatina evolução da diplomacia onde temas nacionais e internacionais se confundem na era da globalização e onde o seu uso não é exclusivo dos Governos.

De entre as novas expressões da diplomacia, a diplomacia científica é particularmente abrangente. De grosso modo, esta define-se como um “nexo de práticas” (Mendonça, 2016) ou uma “interação difusa” (Aranda, 2019) entre os negócios estrangeiros de um Estado, os quais são geralmente coordenados pelos Ministérios dos Negócios Estrangeiros, e a sua política científica e tecnológica, a qual é gerida pelos Ministérios de Ciência. Trata-se de “desenvolver o ambiente nacional de investigação e empreendedorismo ao mesmo tempo que [se] projetam na arena internacional os interesses estratégicos da comunidade de atores de referência” (Mendonça, 2016). A interseção de dois campos tão abrangentes gera, inevitavelmente, uma miríade de abordagens e ângulos diferentes assumidos pela diplomacia científica em cada Estado. Por este motivo, ainda não existe uma definição completa do termo nem um modelo único que possa ser facilmente replicado (Aranda, 2019).

Uma das definições mais consensuais é a cunhada pela Royal Society (Reino Unido) e pela American Association for the Advancement of Science (AAAS, Estados Unidos da América) em 2010 na sua publicação “New Frontiers in Science Diplomacy”. Essa definição assenta em três pilares: *diplomacia para a ciência*, quando a diplomacia facilita a criação de parcerias científicas; *ciência para a diplomacia*, quando a ciência facilita o desenvolvimento de relações diplomáticas; e *ciência na diplomacia*, quando os objetivos



da política externa são informados pelo aconselhamento científico. Desde então, estes termos têm sido usados por diversas instituições como um entendimento partilhado de uma atividade ainda em construção. Mais recentemente, o projeto EL-CSID<sup>1</sup>, financiado pelo programa Horizonte 2020, propôs a adição de um quarto pilar denominado *diplomacia na ciência*, a fim de alertar para a necessidade de incorporar práticas diplomáticas na ciência. Segundo este projeto, dessa forma poderá ser mais fácil combater o ceticismo em relação à ciência, reparar a fragmentação da sociedade, aumentar o impacto da ciência nos debates sociais e profissionalizar o diálogo entre cientistas e decisores políticos (Van Langenhove, 2021).

Para atingir estes objetivos, a diplomacia científica faz uso de várias ferramentas estratégicas e operacionais. No nível estratégico emitem-se declarações conjuntas entre Estados, regiões ou instituições e usa-se do assento em organizações internacionais para salientar a importância de uma determinada agenda científica. O nível operacional assenta em acordos de colaboração internacional dos quais se destacam, por exemplo, o CERN<sup>2</sup> ou o SESAME<sup>3</sup>. Este último reúne cientistas de diversos Estados do Médio Oriente, incluindo alguns sem relações diplomáticas entre si, criando um ambiente propício ao sucesso da "ciência para a diplomacia". O Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas (IPCC) é outro exemplo de relevo (Van Langenhove, 2016) pois reúne um grupo pluridisciplinar de cientistas e diplomatas responsáveis pelo acompanhamento do Acordo de Paris sobre as alterações climáticas, sendo assim um exemplo de "ciência na diplomacia". Outras ferramentas operacionais incluem conselhos consultivos em ciência e tecnologia, alocação de conselheiros científicos a embaixadas, inclusão de cientistas estrangeiros em esquemas nacionais de financiamento de ciência e tecnologia, programas de intercâmbio académico, programas internacionais de colaboração científica, entre outros.

A implementação da diplomacia científica deve também incluir campanhas de promoção dos seus resultados e programas de treino dedicados, sendo estes porventura os campos menos trabalhados (Van Langenhove, 2016). A inexistência de uma carreira de diplomacia científica dificulta a criação de oferta formativa, já que o tema tende a residir sobretudo no discurso oral como referência às práticas que combinam ciência e diplomacia. A esta dificuldade acresce ainda o facto de alguns cientistas não considerarem que parte do seu trabalho possa ser etiquetado como um tipo de diplomacia. Consequentemente, nem todos os profissionais de ciência são treinados para a aquisição das competências necessárias à prática diplomática e nem todos os diplomatas conhecem a ciência (enquanto campo abstrato) com a profundidade necessária. Questões como estas têm aumentado o ceticismo em torno da falta de mecanismos de avaliação da eficácia da diplomacia científica (Flink, 2021).

A aplicação destas ferramentas requer o trabalho conjunto de recursos humanos altamente qualificados em vários setores. O projeto S4D4C<sup>4</sup> identificou cinco grupos de atores relevantes para a diplomacia científica: setor governamental (incluindo governos subnacionais e agências públicas), setor intergovernamental e organizações

<sup>1</sup> European Leadership in Cultural, Science and Innovation Diplomacy – el-csid.eu.

<sup>2</sup> Organização Europeia para a Investigação Nuclear.

<sup>3</sup> Synchrotron-Light for Experimental Science and Applications in the Middle East.

<sup>4</sup> Using Science for/in Diplomacy for addressing global Challenges – s4d4c.eu.



supranacionais, setor privado (desde start-ups a multinacionais), setor universitário e de investigação científica (incluindo academias nacionais, conselhos de investigação ou indivíduos proeminentes) e o setor da sociedade civil (Elorza *et al.*, 2021). Posto isto, uma das principais dificuldades da diplomacia científica prende-se com a complexa coordenação de tantos atores. Segundo as conclusões do mesmo projeto, há uma relação direta entre o nível de eficácia dessa coordenação e o alcance da diplomacia científica de um Estado.

A obrigatoriedade da inclusão de atores políticos e diplomáticos é uma das principais características que distingue a diplomacia científica da colaboração científica internacional em geral. A diplomacia científica é um resultado ponderado entre ciência e prioridades políticas, uma convivência nem sempre harmoniosa já que «ciência representa “objetividade” e “verdade” [e] diplomacia representa “interesse” e “compromisso”» (Mendonça, 2016). Neste contexto, há entre alguns cientistas o receio de que a ciência possa ser instrumentalizada pela *realpolitik*, especialmente porque a diplomacia científica é sobretudo um ramo da diplomacia e, portanto, pode estar sujeita a lógicas potencialmente adversas à ciência (Muller, 2021). Países como o Reino Unido e a China, e até mesmo a UE através de projetos financiados pelo Horizonte 2020, têm aumentado o seu investimento na ciência tendo em vista o alargamento do seu *soft power*, ou seja, a sua capacidade de atração e de influência nas relações internacionais. Assim, apesar de a narrativa em torno da diplomacia científica ser maioritariamente positiva, sublinhando-se palavras como “cooperação” e “universalidade”, a prática demonstra que este não será sempre o caso e que a moeda tem de facto outro lado. Hoje, a diplomacia científica também reflete lógicas de interesses nacionais e dinâmicas de poder, uma tendência acelerada pela pandemia COVID-19 (Fägersten, 2021).

Uma diplomacia científica eficaz pode ter ainda outro efeito perverso. Ao atrair para um dado país os melhores talentos globais, tanto pode contribuir para o enriquecimento desse Estado como para o empobrecimento dos Estados de onde esses talentos provêm. Estes movimentos tendem a aglutinar-se em grandes centros científicos e tecnológicos mundiais, alimentando um círculo vicioso de perpetuação dos desequilíbrios que estão na origem dessa mesma emigração. Ou seja, a diplomacia científica pode contribuir para a perpetuação de dinâmicas migratórias entre centros e periferias.

Por outro lado, através da implementação de redes de profissionais e investigadores no estrangeiro, a diplomacia científica também oferece aos Estados a possibilidade de se manterem ligados aos seus cérebros “em fuga”, criando a estrutura para que estes contribuam para o desenvolvimento do seu país a partir do estrangeiro. Devido à natureza híbrida de cooperação e competição da ciência, a emigração permanente ou temporária é intrínseca à profissão científica. Através das suas ferramentas, a diplomacia científica oferece soluções para a quebra do círculo vicioso, contribuindo para que o termo “fuga de cérebros” possa ser substituído por “circulação de cérebros”, ou seja, a noção de que os investigadores – nacionais e estrangeiros – têm fases da sua carreira dentro e fora do país e que ambas as situações podem acrescentar valor à ciência nacional. Esta circulação contribui para que a diplomacia científica de um país ganhe e distribua influência em, por exemplo, processos de decisão em organizações internacionais. Neste contexto, ao promoverem a ligação ao país de origem, as redes de profissionais e investigadores no estrangeiro podem desempenhar um papel importante na correção dos



desequilíbrios, contribuindo para que a diplomacia científica não seja um jogo de soma nula.

Para acelerar o avanço da implementação de estratégias de diplomacia científica no mundo, no seu relatório final o projeto EL-CSID propõe um conjunto de recomendações (EL-CSID, 2019). Em primeiro lugar aponta para a necessidade de uma maior teorização sobre o tema, sobretudo em ligação com as teorias das Relações Internacionais e assente em estudos de caso sobre sucessos e falhanços da diplomacia científica. Segundo, deve ser fomentada a troca de boas-práticas, sobretudo entre cientistas e outros profissionais, assim como a comunicação entre estes e os decisores políticos. Terceiro, o estudo afirma que os cientistas deverão estar mais atentos às consequências do seu trabalho nas relações internacionais, empenhando-se em redes com impacto na diplomacia científica. Por fim, é recomendado aos decisores políticos que monitorizem este tipo de atividade, incorporando-a no seu trabalho e rejeitando bloqueios políticos ao avanço da ciência.

## 2. Diplomacia Científica da União Europeia

Em junho de 2015, Carlos Moedas, então Comissário Europeu para a Investigação, Ciência e Inovação, num discurso endereçado ao European Institute em Washington DC, referiu que “a diplomacia científica apresenta uma oportunidade sem igual para enfrentar os atuais desafios políticos, demográficos e ambientais através da língua e expressão universal do esforço científico” (Moedas, 2015). No ano seguinte, a Estratégia Global da UE, o documento orientador da ação externa europeia, indicou a diplomacia científica como uma forma de resolver conflitos. Desde então, a UE traçou seis objetivos gerais para a sua diplomacia científica: estabelecer um ambiente livre para os cientistas da união; acordar sobre os princípios da cooperação científica; promover a capacidade da diplomacia cultural e científica no contexto da sua ação externa; conectar outras estratégias de política externa à diplomacia científica; aumentar a coesão entre os Estados-membros; e perceber qual o papel de cada ator na diplomacia científica, sendo que alguns poderão ser mais estratégicos se deixados independentes (Fägersten, 2021).

Nesse sentido, a UE tem vindo a incluir a diplomacia científica em alguns dos seus programas e instrumentos. Tal é visível no trabalho de instituições como o Conselho Europeu de Investigação (ERC) ou o Centro Comum de Investigação (JRC) e em programas como o Horizonte 2020, as Ações Marie Skłodowska-Curie ou o Erasmus+. Este último, incluindo as suas ações Jean Monnet, recebe financiamento direto do Serviço Europeu de Ação Externa (SEAE) com o propósito de alargar o papel do setor educativo na ação externa europeia. Mais recentemente a UE tem integrado os *alumni* destes e outros programas na sua estratégia diplomática com vista à criação de redes de *alumni* “embaixadores” da causa europeia (Ferreira-Pereira e Mourato Pinto, 2021). A rede Euraxess, a qual é composta por mais de 600 pontos de informação em 42 países europeus e com várias ligações a outros pontos do mundo, é outra ferramenta central na estratégia europeia para a área.

O Horizonte 2020 proporcionou a criação do cluster de diplomacia científica da UE ([science-diplomacy.eu](http://science-diplomacy.eu)), o qual é constituído por três projetos irmãos: EL-CSID (terminado em 2019), S4D4C (terminado em 2021), o qual criou um curso virtual



gratuito e aberto ao público em geral, e InsSciDE<sup>5</sup> (termina em 2022). Em 2019, as comunidades dinamizadas por estes projetos lançaram a “Declaração de Madrid sobre Diplomacia Científica” com o objetivo de fomentar a condução de políticas externas informadas pela ciência, o aumento da produtividade das relações internacionais e o alargamento da capacidade para enfrentar desafios globais. Para o atingir a Declaração de Madrid defende que a diplomacia científica deve ter os cidadãos no centro da sua ação e deve ser capaz de mostrar resultados com frequência. Esta comunidade tem sido muito ativa na criação de propostas para a diplomacia científica da UE, apelando a que esta estimule o treino dos seus Estados-membros, fomente a criação de uma comunidade europeia de profissionais neste campo e faça uma maior ligação entre a ciência e o combate aos desafios globais (Melchor, Elorza, Lacunza, 2021). Em 2021 este cluster foi transformado na EU Science Diplomacy Alliance, a qual oferece mais oportunidades de treino e aconselhamento aos diversos atores, a fim de formar uma comunidade europeia de diplomacia científica. A tarefa poderá revelar-se mais desafiante tendo em conta que o campo se estará a fraturar em áreas temáticas como energia, água, saúde, entre outros. Posto isto, argumenta-se que a aposta deverá residir na criação de espaços para a troca de ideias e na disponibilização de oportunidades de formação (Hartl, 2021).

A ação da UE também se alicerça numa rede de treze conselheiros científicos distribuídos pelo mundo e coordenada a partir de Bruxelas pelo Fórum Estratégico para a Cooperação Internacional em Ciência e Tecnologia (SFIC), uma colaboração entre o SEAE e a Direção-Geral para a Investigação e Inovação da Comissão Europeia (Conselho da UE, 2016). Estes estão alocados a países de interesse estratégico da UE<sup>6</sup>, sendo que o mais recente foi criado em 2020 no Reino Unido na sequência do Brexit<sup>7</sup>. Estes conselheiros promovem os programas de investigação da UE para aumentar o seu perfil internacional e fomentam a colaboração entre os conselheiros ou attachés dos Estados-membros através da organização de reuniões mensais (Ruffini, 2021a). Quanto ao SFIC, este está dotado de uma equipa especializada em diplomacia científica, a qual lançou em setembro de 2020 o working paper “Anchoring Science Diplomacy In Horizon Europe - Developing Specific Subjects And Activities”. Este documento sublinha a necessidade de maior conexão entre o Programa Horizonte Europa e a estratégia europeia para a diplomacia científica, indo ao encontro do desejo de criação de maiores sinergias entre diferentes políticas, plasmado desde logo na Estratégia Global da UE de 2016. Com efeito, o Plano Estratégico do Horizonte Europa 2021-24 dedica um capítulo à cooperação internacional, salientando o papel da diplomacia científica.

Estas iniciativas são também um contributo da UE para a reforma do multilateralismo. Os objetivos são torná-lo mais inclusivo através da participação de atores não-estatais e desenquadrados de lógicas nacionais (Muller, 2021) e ainda reforçar os mecanismos de resolução de desafios transnacionais, nomeadamente os relacionados com os bens comuns globais (“*global commons*”), tais como as questões ligadas às alterações climáticas (Van Langenhove, 2016). Numa perspetiva mais realista, a UE pretende que a diplomacia científica aumente o seu *soft power* e, consequentemente a sua capacidade

<sup>5</sup> Inventing a shared Science Diplomacy for Europe - insscide.eu.

<sup>6</sup> Canadá (aberto em 1977), Estados Unidos da América (1980), Austrália (1988), China (1991), Rússia (2000), Índia (2001), Arábia Saudita (2002), Japão (2002), Brasil (2008), Etiópia (2013), Coreia do Sul (2014) e Egito (n.d.).

<sup>7</sup> Sem informação acerca da nacionalidade do/a conselheiro/a.



de ação enquanto ator internacional. No global, a diplomacia científica serve a renovação da imagem da UE, adicionando ao projeto de paz que a originou a ideia de um continente ambientalmente sustentável e baseado num modelo de desenvolvimento assente na ciência e na tecnologia (Muller, 2021).

### **3. A diplomacia científica portuguesa**

A diplomacia científica portuguesa foi definida pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 78/2016. Nesta lê-se que “deve entender-se por diplomacia científica o uso coerente e sistemático de recursos e iniciativas da área da ciência e tecnologia, no quadro da política europeia e externa de Portugal, para prosseguir as finalidades desta política e, designadamente, a promoção da imagem e dos interesses nacionais, das oportunidades de conhecimento, comunicação e colaboração recíproca entre Portugal e outros Estados, dos contactos povo a povo e da diplomacia pública”. Apesar de esta definição ter um entendimento unidirecional do termo, olhando sobretudo para o contributo que a ciência pode trazer para a diplomacia portuguesa, o todo da resolução apresenta diversas ações com o objetivo de internacionalizar a ciência portuguesa, parcialmente por via de uma maior interação com a política externa do país. A fim de criar uma “política de internacionalização do ensino superior e da ciência e tecnologia”, além do papel da ciência na ação do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), de forma mais alargada pretende-se que esta internacionalização valorize a investigação científica e tecnológica em Portugal, contribua para a cooperação com países terceiros e seja um veículo de “apoio a consórcios e parcerias de âmbito estratégico que afirmem Portugal e os portugueses na Europa e no Mundo e que reforcem a capacidade de atração de recursos humanos qualificados para o nosso país”. Por fim, pretende-se ainda um maior relacionamento com as comunidades académicas e científicas portuguesas residentes no estrangeiro.

Este conjunto de objetivos aporta à diplomacia científica uma multidisciplinaridade de difícil implementação. Nesse sentido, tem sido criada uma estreita colaboração entre o MNE e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES), sendo que algumas competências estão delegadas nas Secretarias de Estado das Comunidades Portuguesas, da Internacionalização e da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. A coordenação da implementação no terreno está em grande parte a cargo da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), da Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica (Ciência Viva), da Agência Nacional de Inovação (ANI) e da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP). O corpo diplomático português acompanha o desenvolvimento do tema nos respetivos países, organizando eventos de divulgação científica e de dinamização da comunidade local de cientistas portugueses. A estes atores acresce o papel desempenhado pelas “Redes constituídas por Profissionais, Investigadores e Estudantes Pós-Graduados Portugueses a trabalhar no estrangeiro”, o qual iremos explorar nos próximos segmentos.





### **3.1. Redes constituídas por profissionais, investigadores e estudantes pós-graduados portugueses a trabalhar no estrangeiro**

De acordo com o Eurostat (2019), enquanto 10.8% dos portugueses vivem noutra Estado-membro da UE, apenas 1.1% dos espanhóis se encontram na mesma situação. Não obstante as razões socioeconómicas que frequentemente motivam a emigração, a diáspora portuguesa, incluindo os lusodescendentes, é um dos principais ativos de Portugal no estrangeiro. Para incentivar a sua (re-)aproximação ao país, a resolução pretende fomentar a criação de "Redes constituídas por Profissionais, Investigadores e Estudantes Pós-Graduados Portugueses a trabalhar no estrangeiro", atuando como "interlocutores prioritários dos serviços centrais do MNE e do MCTES, bem como da rede diplomática e consular, tendo em vista a representação e promoção dos interesses e imagem de Portugal nesses países." (Presidência do Conselho de Ministros, 2016). A dinamização deste "associativismo académico e científico" é responsabilidade da Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, sendo que cumpre à FCT estimular a relação com a diáspora científica portuguesa, eventualmente atraindo-a para o emprego científico em Portugal. Atualmente existem sete associações: AGRAFr (França), AGRAPS (Suíça), APEI Benelux (Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo), ASPPA (Alemanha), PAPS (Estados Unidos da América e Canadá), PARSUK (Reino Unido), SPOT Nordic (Dinamarca, Finlândia, Islândia, Noruega e Suécia). Estas surgem da capacidade de auto-organização da comunidade portuguesa, sendo que algumas precedem em vários anos a publicação da Resolução n.º 78/2016. Embora sem homogeneidade, o seu trabalho é feito em coordenação parcial com as embaixadas de Portugal nos respetivos países. Há também um ainda parco envolvimento com os respetivos conselheiros das comunidades portuguesas. A FCT tem protocolos de cooperação formal estabelecidos com algumas, sendo o objetivo alargá-los a todas. O protocolo com a PARSUK já resultou na criação de um conselho científico formado pela diáspora científica portuguesa no Reino Unido.

Os eventos organizados por estas associações, os quais não se esgotam na diplomacia científica, incluem a promoção das IES portuguesas junto das suas comunidades, organização de debates científicos em contexto formal e informal, *online* e *offline*, divulgação das atividades da comunidade portuguesa além do mundo científico, entre outros. Por exemplo, a PARSUK e a FCT colaboram na organização de um concurso anual de apoio à mobilidade científica entre Portugal e o Reino Unido, denominado Bilateral Research Fund, o qual obtém centenas de candidaturas para um financiamento global de 15000€. Já a APEI Benelux desenvolve uma atividade anual de divulgação das IES portuguesas junto dos alunos portugueses finalistas do ensino secundário na Escola Europeia em Bruxelas, atraindo-os para o ensino superior português. Uma vez por ano todas as organizações colaboram na organização do GraPE – Fórum de Graduados Portugueses no Estrangeiro com o objetivo de promover a discussão entre profissionais portugueses residentes em Portugal e no estrangeiro. Na sua nona edição o evento atraiu diversas instituições públicas e privadas, incluindo dois ministros e um ex-comissário europeu, tendo o potencial para crescer e tornar-se numa montra da investigação realizada por portugueses em todo o mundo.

Nascendo do associativismo, estas redes têm o potencial de dar aos investigadores portugueses no estrangeiro uma maior propriedade sobre a diplomacia científica



portuguesa no seu país de acolhimento, contribuindo assim para que o termo “fuga de cérebros” seja substituído por “circulação de cérebros”. Porém, para que tal aconteça, as instituições portuguesas deverão estar cientes tanto do potencial como das limitações do associativismo, integrando-o de forma adequada na diplomacia científica portuguesa. Nesse sentido, o trabalho voluntário não poderá substituir o profissional e deverá ser objeto do reconhecimento e valorização apropriados por parte das entidades responsáveis. Adicionalmente, a aquisição de escala global está dependente de coordenação centralizada a qual deve identificar sinergias entre estas redes e embaixadas, pela via de conselheiros científicos, IES e cidades portuguesas.

### 3.2. O Conselheiro Científico

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 78/2016 introduz a figura do “Conselheiro Científico” com o objetivo de centralizar a informação num único profissional responsável pela “promoção do emprego científico” (Presidência do Conselho de Ministros, 2016). Após indicação da FCT e sob alçada das principais embaixadas portuguesas, os conselheiros científicos poderão ser uma adição aos já existentes conselheiros económicos, formando uma equipa com um grande potencial de atração de investimento e conhecimento para Portugal. Enquanto que as associações de pós-graduados podem ter o papel de dinamização dos seus pares, o seu trabalho está inevitavelmente limitado pela sua condição de voluntariado, não lhes podendo ser imputada a execução de estratégias governamentais. Pelo conjunto de competências que encerram, os conselheiros científicos poderão desempenhar este papel, apoiando a FCT, as embaixadas e as redes de profissionais e investigadores portugueses no estrangeiro na implementação local da diplomacia científica. Apesar do seu potencial, e apesar de haver profissionais destacados para realizar algumas destas tarefas, Portugal não nomeou nenhum conselheiro científico.

#### **Exemplos internacionais: as várias formas do conselheiro científico**

A Alemanha organiza anos internacionais da ciência para dar visibilidade a relações científicas bilaterais com um país-tema durante um ano. A Suíça tem casas de divulgação suíça no estrangeiro, as quais são institutos próprios sediados junto dos grandes hubs científicos e tecnológicos globais como Silicon Valley, Nova Iorque, ou Xangai. A Dinamarca nomeou um representante para a tecnologia acreditado em Silicon Valley e a Áustria criou o Office of Science and Technology em Washington DC. Espanha montou em Madrid uma rede de diplomacia científica que assenta na dinamização do contacto entre os funcionários das várias embaixadas acreditadas nessa cidade. Através dessa rede dissemina a sua informação e obtém informação de outros países. França tem a Agence Nationale de la Recherche, a qual compila e dissemina informação através da sua rede de conselheiros científicos colocados nas suas embaixadas. Esta informação é de interesse para as entidades públicas francesas, empresas privadas, laboratórios de investigação, e todos os que estejam ligados ao investimento na ciência. O Reino Unido criou a Science and Innovation Network, mobilizando cerca de cem profissionais para trabalhar em onze programas temáticos localizados em quarenta países.



### 3.3. Instituições de Ensino Superior

As IES são um dos eixos fundamentais da diplomacia científica, seja pelo seu papel central na formação superior, na investigação, na inovação, na ligação às empresas ou na dinamização das cidades que as acolhem. As IES têm a capacidade única de fazer a ponte entre ciência e tecnologia e a educação e juventude. Estas características tornam as universidades em atores ativos e passivos da ação diplomática, falando-se por vezes em “diplomacia do ensino superior” (Ferreira-Pereira e Mourato Pinto, 2021; Ruffini, 2021b).

Porém, analisando artigos sobre o papel das IES na diplomacia científica tem-se concluído que muitas destas têm optado por se manter à margem, possivelmente por questões de independência política e universalidade do conhecimento, deixando a tónica recair sobre os investigadores e sobre os fluxos de estudantes. Neste sentido, os debates mais recentes têm-se centrado em modelos de envolvimento independente das IES na diplomacia científica. De uma perspetiva nacional, estes incluem políticas de atração de estudantes estrangeiros, formação de profissionais na diplomacia científica, gestão de redes de *alumni*, e uso de fundos europeus para aumentar a sua influência e, assim, inerentemente contribuir para o *soft power* nacional. Já de uma perspetiva mais global, argumenta-se que as IES podem contribuir para um maior conhecimento académico sobre a diplomacia científica, formar quadros para as organizações internacionais, promover a adoção de abordagens multidisciplinares nas questões diplomáticas, ser veículos de cooperação internacional através das redes de universidades onde já se inserem, entre outros (Ruffini, 2021b).

Esta discussão enquadra-se na temática de internacionalização das IES, assunto que ganhou particular velocidade em Portugal na última década e resultou num saldo positivo no fluxo internacional de estudantes de ensino superior, ou seja, há mais estudantes estrangeiros em Portugal do que o inverso. Quase metade é oriunda da lusofonia, o que se poderá explicar em parte pelos laços culturais, mas também pelos vários acordos de cooperação académica assinados entre IES e Governos destes países. O Centro UNESCO Ciência LP (Língua Portuguesa) tem sido um importante ator neste contexto através da oferta de formações e bolsas de doutoramento a alunos dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). Em sentido inverso, quase metade dos estudantes portugueses no estrangeiro distribuem-se pelo Reino Unido, França e Espanha (UNESCO, 2019), tornando este um movimento que largamente se faz de sul para norte.

A FCT presta um papel central nesta área através da capacitação e financiamento das IES nacionais e criação de parcerias com entidades estrangeiras. De entre vários exemplos destaca-se a iniciativa GoPortugal – Global Science and Technology Partnerships<sup>8</sup>, a qual pretende promover a colaboração entre Portugal e IES estrangeiras de renome internacional. Parcerias como estas têm contribuído para que o fluxo de investigadores seja diferente do que se verifica nos estudantes. Em 2017 havia quase 55000 investigadores em Portugal, sendo que 4647 (8.4%) eram de origem estrangeira. Porém, enquanto o Brasil continua a surgir como principal país de origem (27,1%), os

<sup>8</sup> [fct.pt/apoios/cooptrans/goportugal.phtml.en](http://fct.pt/apoios/cooptrans/goportugal.phtml.en).



PALOP têm menor representatividade neste setor, não chegando a totalizar 6% dos investigadores estrangeiros em Portugal. Os países europeus são a principal origem destes investigadores, destacando-se Espanha (14,8%), Itália (9%) e Alemanha (4.1%) (DGEEC, 2019).

O potencial de crescimento do público europeu é particularmente importante, sobretudo tendo em vista os planos da UE para o setor através da alocação de 95.5 mil milhões de euros para o programa Horizonte Europa no período 2021-2027. Portugal tem aumentado paulatinamente a sua capacidade de captação e execução destes fundos, tendo sido um beneficiário líquido do Horizon 2020 (PERIN, 2022: 10). A rede Portugal in Europe Research and Innovation Network (PERIN), lançado no início de 2021, traça o ambicioso objetivo de "atrair cerca de dois mil milhões de euros de financiamento da UE nas áreas da Investigação e Inovação" (PERIN, 2022: 2) no período de vigência do Horizonte Europa. Para que tal seja possível, será necessário mobilizar a comunidade científica do país, olhando também para as oportunidades criadas pelos Espaços Europeus da Investigação e da Educação e pelas "Universidades Europeias". Neste contexto importam também as iniciativas mais regionalizadas, tais como o Programa IACOBUS, o qual foi assinado em 2014 entre as IES do Norte de Portugal e da Galiza para desenvolver um sistema de intercâmbio entre todos os seus funcionários, incluindo cientistas. Em sete edições o programa já financiou mais de mil projetos de investigação na Euro-região Galiza-Norte de Portugal (CCDR-N, 2021).

O investimento e atenção dada à internacionalização da ciência portuguesa poderá resultar num número crescente de investigadores no país, sejam nacionais ou estrangeiros. Tal como é inerente à sua profissão, é expectável que estes profissionais emigrem para outros países, de forma temporária ou permanente, para integrar outras equipas e projetos. Atualmente as IES desenvolvem isoladamente as suas estratégias de envolvimento dos seus *alumni*, disponibilizando-lhes informação e ofertas dedicadas. Porém, este modelo conhece dificuldades relacionadas com o facto de a investigação se alicerçar em várias IES, laboratórios, empresas, entre outros, sendo a *alma mater* apenas um capítulo na carreira de um investigador e graduado. Tanto o efeito "circulação de cérebros" como o impacto dos investimentos podem ser multiplicados mediante a implementação de uma estratégia de acompanhamento internacional dos *alumni* nacionais, enquadrada pela estratégia mais geral para a diplomacia científica, e onde se incluam portugueses e estrangeiros graduados nas universidades portuguesas. Devido à sua inserção no associativismo científico e à sua estrutura horizontalizada, as redes de profissionais e investigadores portugueses no estrangeiro podem ser as pedras angulares dessa estratégia.

No futuro próximo as IES portuguesas serão também desafiadas a olhar para a sua oferta letiva e formativa no âmbito da diplomacia científica. Um estudo do projeto S4D4C (Melchor, Elorza, Lacunza, 2021) recomenda a criação de programas de treino mistos para cientistas e diplomatas, equipando-os com as competências necessárias a este novo campo. O currículo destes programas deverá seguir prioridades nacionais, mas a sua implementação deverá incluir tanto sessões presenciais como sessões à distância para incluir mais facilmente os cientistas portugueses emigrados.



#### **Exemplos internacionais: programas de treino em diplomacia científica**

A Universidade de Varsóvia tem uma academia para a diplomacia científica e o SciTech DiploHub de Barcelona oferece formações sobre o tema. A ETH de Zurique trabalha em proximidade com os conselheiros científicos da Suíça, criando uma ligação direta entre a diplomacia científica nacional e o seu corpo estudantil. Já a Academia Americana para o Progresso da Ciência (AAAS) e a The World Academy of Sciences (TWAS) oferecem em Trieste um programa de formação de formadores em diplomacia científica. O Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo organiza anualmente a Escola São Paulo de Ciência Avançada em Diplomacia Científica e Diplomacia da Inovação, a qual consiste em cinco dias de formação intensiva e em inglês.

### **3.4. Cidades**

As cidades são elementos fundamentais da diplomacia científica na medida em que centralizam o triângulo formado pela ciência, empresas e indústria. No seu conjunto, estes formam polos de atração tanto de profissionais altamente qualificados, incluindo estrangeiros e os cientistas portugueses emigrados. Portugal já conta com vários destes polos, sendo exemplos o TagusPark (Oeiras), o Atlantic International Research Centre (Angra do Heroísmo), ou o eixo Braga-Guimarães onde se inclui o Laboratório Ibérico Internacional de Nanotecnologia. Cidades como Covilhã, Coimbra ou Évora, onde o peso dos estudantes é desproporcional, mas também Porto, Lisboa, ou Aveiro, são muito importantes para a diplomacia científica nacional. Em todos estes exemplos se destaca a parceria entre municípios, IES e empresas locais, criando um ambiente propício à fixação de recursos humanos de qualificação elevada. A diplomacia científica pode servir para reforçar esta relação, contribuindo para a fixação de talentos e atraindo investimento direto estrangeiro, incluindo nas regiões menos conhecidas internacionalmente. Por este motivo, a Secretaria de Estado da Valorização do Interior está envolvida nesta dinâmica.

#### **Exemplos internacionais: o Barcelona SciTech DiploHub**

O caso de Barcelona é paradigmático, desde logo porque constitui um exemplo de "paradiplomacia", ou seja, relações internacionais conduzidas por um governo que não o nacional (Cornago, 2018). Sob coordenação do município foi constituído o consórcio "SciTech DiploHub", o qual inclui várias IES locais, empresas, laboratórios e outras entidades relevantes para a "primeira cidade a implementar uma estratégia de diplomacia científica e tecnológica". Este pretende ainda mapear e dinamizar uma comunidade de "Barcelona alumni", a qual constitui uma "rede global de cientistas, especialistas em tecnologia, e líderes em inovação formados (...) no ecossistema de conhecimento da cidade e atualmente residentes no estrangeiro". Os membros desta rede são considerados embaixadores de Barcelona e estão conectados através de uma plataforma virtual. Uma newsletter mensal mantém-nos informados sobre ofertas profissionais na cidade e é-lhes oferecido um programa de aconselhamento profissional. Por fim, os "Barcelona Alumni" são instigados a partilhar as suas histórias com o grupo, sendo que as afinidades pessoais são fomentadas em eventos exclusivos como o "Barcelona Alumni Global Summit" e os "Barcelona Innovation Days". Estes últimos são descentralizados para outras cidades do mundo, tais como Boston ou Londres (SciTech DiploHub, 2021). No caso de Barcelona, o envolvimento do município é um dos fatores-chave para o sucesso da sua plataforma de *alumni*.



Posto isto, num contexto de circulação permanente dos profissionais qualificados, tanto as cidades como as IES são simultaneamente pontos de origem e de chegada. Esta dupla condição torna o seguimento das carreiras destes profissionais uma tarefa difícil onde Portugal já deu passos de relevo. Um dos principais exemplos é o da Global Portuguese Network (GPS), a qual foi criada em 2016 como resultado de uma parceria entre Universidade de Aveiro, a Agência Ciência Viva, a Fundação Francisco Manuel dos Santos, a empresa Altice e as várias redes de profissionais e investigadores portugueses no estrangeiro. Num curto espaço de tempo registaram-se na plataforma mais de 4300 pessoas em 126 países diferentes, as quais beneficiam de uma newsletter dedicada, de um motor de busca que lhes permite encontrar colegas portugueses por todo o mundo e da possibilidade de participação num evento anual exclusivo. Os utilizadores podem adicionar ao seu perfil informação sobre as suas conquistas profissionais e partilhar oportunidades e opiniões com todos os utilizadores ou apenas dentro de grupos restritos. As associações de pós-graduados têm espaços reservados dentro da plataforma, a partir dos quais podem divulgar informação de relevo apenas para os portugueses residentes nos seus países. A plataforma GPS tem atualmente parcerias com canais de televisão, jornais e podcasts, sendo os seus membros convidados a intervir publicamente sobre os mais variados temas. Porém, não obstante o seu sucesso, o crescimento da plataforma tem sido mais lento nos últimos anos. Enquanto que do ponto de vista do utilizador a plataforma está ao nível do estado da arte, após os primeiros anos de mapeamento da diáspora científica portuguesa, surge a necessidade de traçar um plano igualmente ambicioso para a potencialização dessa informação, particularmente no contexto da diplomacia científica.

#### Exemplos internacionais: os EU Alumni

Para atingir objetivos semelhantes aos da Plataforma GPS, a UE está a conduzir o projeto piloto "EU Alumni Engagement Initiative". Este é financiado pelo Serviço Europeu de Ação Externa e tem como objetivo criar uma comunidade de *alumni* alicerçada em relações interpares. A comunidade é dinamizada localmente tanto pelas já existentes redes de *alumni* do programa Erasmus e ações Marie Curie como pelas delegações da UE. O objetivo é criar canais através dos quais a UE possa partilhar informação com maior facilidade e obter contributos para as suas estratégias locais. A comunicação faz-se através de uma newsletter dedicada e de eventos *online* e *offline*. Adicionalmente, a UE convida *alumni* dos seus programas de intercâmbio académico para a representarem tanto nos seus eventos "Study in Europe" como nas grandes feiras internacionais de ensino superior (NAFSA, EAIE, etc.). Enquanto que os profissionais da UE se dedicam à criação de parcerias com outras organizações e países terceiros, os *alumni* partilham a sua história pessoal com os participantes destes eventos, a fim de os atrair para os programas europeus.

#### 4. Ideias para o futuro

A diplomacia científica portuguesa ainda está a dar os primeiros passos e como não há nem uma definição completa nem um modelo único para a sua implementação, as opções para o futuro são muitas. Nesta lista apresentam-se algumas ideias com o objetivo de contribuir para o debate em torno da operacionalização da diplomacia científica portuguesa.



## **I – Estratégia nacional para a diplomacia científica: o potencial de maior coordenação e mais sinergia**

Após a publicação da legislação em 2016 e volvidos os primeiros anos de experimentação, o momento atual poderá ser o ideal para a criação de uma estratégia para a diplomacia científica portuguesa. Tendo em conta o crescente número de atores envolvidos, a carência de uma estratégia de articulação global obsta a que o seu potencial seja totalmente aproveitado. Tal estratégia poderia aumentar a eficácia da diplomacia científica através da identificação de sinergias guiadas por uma estrutura coordenadora dos atores mais relevantes. Essa estrutura não tem de ser uma entidade nova uma vez que a lei já prevê a divisão de responsabilidades entre os diversos atores. A Declaração de Madrid introduz alguns dos princípios mais importantes nos quais esta estratégia se poderá alicerçar.

As redes de profissionais e investigadores portugueses no estrangeiro estão entre as entidades que mais valor podem acrescentar à diplomacia científica portuguesa mediante maior coordenação e estabelecimento de objetivos nacionais mensuráveis e situados no tempo. Hoje, estas sete organizações, às quais é expectável que se adicionem outras nos próximos anos, centram-se em atividades realizadas nos seus territórios funcionando como rede global quase exclusivamente apenas durante o Fórum GraPE. Algumas das suas atividades atuais são de interesse à diplomacia científica portuguesa e algumas são mesmo resultado de protocolos com a FCT, como é o exemplo do Bilateral Research Fund da PARSUK, assegurando maiores sinergias com as prioridades nacionais. Porém, o efeito de rede global necessita de uma estratégia coordenada centralmente e operacionalizada em articulação com outros atores locais, tais como os conselheiros científicos. Desta forma poderiam ser organizadas atividades de âmbito internacional com maior facilidade, tais como campanhas promocionais, ciclos de eventos de tema comum descentralizados nos vários países, entre outros. O desenho de tal estratégia central deve incluir um total respeito pela independência destas associações e contribuir para o reforço do seu associativismo. Posto isto, além de ter em mente os graduados e cientistas portugueses emigrados deverá também dedicar particular atenção à motivação dos membros ativos nas associações, incluindo-os na criação da estratégia, na estrutura coordenadora e em eventos e programas que valorizem o seu tempo voluntário. Esta aposta garantirá aos emigrantes graduados portugueses uma melhor representação dos seus interesses perante o Estado português e vice-versa.

Uma estratégia nacional poderia ainda contribuir para repensar a disparidade na identidade gráfica e nas nomenclaturas das diferentes organizações. O seu alinhamento, o qual não deverá descuidar a independência associativa, pode instantaneamente fortalecer o efeito de rede global de portugueses graduados emigrados, aumentando a visibilidade da ciência portuguesa no estrangeiro e dando a impressão visual de que os portugueses fazem ciência por todo o mundo. Desta forma, um português em movimento teria mais facilidade em encontrar a associação local e seria mais fácil captar a atenção de potenciais parceiros globais. Este é, por exemplo, o caso de Espanha cuja maioria das associações se chama "Asociación de Científicos Españoles en [país]" e todas usam a representação de uma maçã como logo, mantendo uma maior unidade gráfica e aumentando assim a exposição mútua. O trabalho de associações globais de *alumni* de



programas da UE, tais como a Erasmus Student Network, a Marie Curie Alumni Association ou a EIT Alumni, pode servir de inspiração para esta abordagem.

Conforme a rede se for alargando, maior será a necessidade de uma coordenação geral do seu trabalho, seja pela via da auto-organização das associações ou pela criação de uma posição institucional dedicada a este propósito. Nesse contexto, as atividades organizadas pelas redes de profissionais e investigadores portugueses no estrangeiro poderiam conversar melhor com outras da diplomacia e da ciência portuguesas.

Ademais, tal estratégia poderia também explorar uma melhor articulação entre os eventos GraPE, Encontro de Ciência e o evento anual da rede GPS. Visto haver uma sobreposição parcial dos públicos-alvo, a discussão de uma estratégia nacional para a diplomacia científica poderá identificar redundâncias a ser eliminadas e sinergias a ser criadas, resultando em maior visibilidade e menor orçamentação. Ao trazer os vários atores ao mesmo local, tal evento poderia incluir um segmento dedicado à discussão de estratégias de diplomacia científica. Esta ocasião poderia servir para organizar painéis de discussão sobre, por exemplo, a expansão e consolidação das redes de profissionais e investigadores portugueses no estrangeiro, a discussão de estratégias de envolvimento dos lusodescendentes, ou o aprofundamento da plataforma GPS. Por fim, este trabalho conjunto poderia resultar numa maior capacidade de captação de financiamento para atividades da diplomacia científica portuguesa, nomeadamente através do programa Horizonte Europa ou da rede COST<sup>9</sup>, alimentando assim a concretização dos objetivos da rede PERIN.

Tal estratégia deveria ainda contemplar uma melhor inclusão de Portugal nos fóruns de diplomacia científica, tais como a nova EU Science Diplomacy Alliance. Deverá ser instigada a parceria com os conselheiros científicos da UE e dos seus Estados-membros destacados em países estratégicos para o interesse nacional. As cidades portuguesas também poderão prestar um papel importante através das suas parcerias internacionais e das suas iniciativas de atração de talento. Por fim, as entidades financiadoras de ciência poderão instigar os seus investigadores principais a incluir ações de diplomacia científica nos seus projetos. Para tal o MNE poderá especificar os objetivos que pretende atingir neste campo e, em colaboração com o MCTES, acordar nas prioridades que poderão ser atingidas pelos projetos de ciência em Portugal.

Tal estratégia deverá atentar tanto à comunicação dos seus resultados com o público em geral como à necessidade de avaliação cíclica sobre o seu sucesso, aspeto que seria até inovador no contexto global e posicionaria Portugal no centro do debate académico sobre a diplomacia científica.

## **II – Recursos humanos no centro da estratégia**

A diplomacia científica portuguesa deverá estar assente no princípio da circulação de cérebros, preocupando-se não apenas em atrair mais talento para Portugal, mas também em seguir o talento formado em Portugal (seja português ou estrangeiro) ao longo da sua carreira fora do país. As redes de profissionais e investigadores portugueses no estrangeiro adquirem um papel central para a concretização destes objetivos. Através da

<sup>9</sup> European Cooperation in Science and Technology – cost.eu.





sua atividade estas promovem a socialização entre portugueses emigrados e lusodescendentes e proporcionam oportunidades para a criação de redes. Algumas já disponibilizam newsletters dedicadas e até mesmo guias de sobrevivência para portugueses recém-chegados. A existência destes serviços em vários países facilita a manutenção do vínculo entre Portugal e os investigadores portugueses emigrados. Este tipo de acompanhamento poderá crescer se conversar com outras iniciativas tais como a rede GPS ou os programas de *alumni* das IES, os quais também disponibilizam newsletters e eventos dedicados. Deverá ser criado um modelo onde todas estas abordagens se alimentem mutuamente.

No contexto dos recursos humanos, deverá ser pensada a criação de uma comunicação especializada para os lusodescendentes nos quais se incluem exemplos ilustres como Craig Mello, um dos vencedores do prémio Nobel da Medicina em 2006, e milhares de cidadãos anónimos. A criação de um contingente especial no acesso ao ensino superior, o qual reserva 7% das vagas para emigrantes e seus familiares, foi um importante contributo para o aumento da atratividade de Portugal junto desta população. As 600 vagas preenchidas no ano letivo 2020-2021, de um total de 3500, demonstram que a iniciativa teve interesse e que há espaço para crescer. Porém, a atração de graduados emigrantes e lusodescendentes depende de outros fatores, tais como a agilização equivalências de habilitações académicas e qualificações profissionais obtidas no estrangeiro, um objetivo entretanto integrado no Programa Nacional de Apoio ao Investimento da Diáspora (PNAID). Medidas de longo prazo deverão ainda prestar atenção ao ensino de português no estrangeiro, o qual deve estar alicerçado numa distinção clara entre português como língua materna e como língua estrangeira. Hoje, os lusodescendentes são integrados em turmas mistas onde a imersão linguística e sociocultural poderá não ter a profundidade necessária para o seu maior relacionamento futuro com o país (CCP Europa, 2018). No médio e longo prazo, este e outros desafios relacionados com a inclusão dos lusodescendentes podem fragilizar os objetivos de programas como o PNAID ou da rede PERIN. Pela sua proximidade física e pelo seu modelo assente na interação entre pares, também aqui as associações de pós-graduados podem ter um papel relevante, sobretudo se receberem do Estado treino para o efeito.

### **III – Formação na área da diplomacia científica**

As IES e centros de investigação portugueses serão crescentemente desafiados a proporcionar formações em diplomacia científica vocacionadas tanto para jovens que decidam seguir essa carreira como para profissionais que decidam especializar-se no tema. Enquanto os centros internacionais podem oferecer programas abertos aos portugueses, equipando-os com o conhecimento teórico e exemplos de outros países, apenas uma oferta formativa acompanhada por instituições portuguesas pode responder às necessidades específicas do país. Conforme o tema da formação em diplomacia científica ganha interesse internacional, particularmente por parte dos académicos, a construção desta oferta poderá também ter em mente o resto da lusofonia assim como investigadores estrangeiros interessados na diplomacia e na ciência portuguesa, apoiando assim a sua internacionalização.



O país poderá mesmo equacionar a criação de uma carreira associada à diplomacia científica mediante o seguimento de uma formação pós-graduada específica para o efeito. Esta poderia ser feita através da oferta formativa nas IES e/ou através do desenvolvimento de programas de treino para diplomatas e cientistas interessados. Neste modelo poderá estar incluída a formação tanto das associações de pós-graduados portugueses no estrangeiro como dos investigadores e gestores dos projetos científicos mais relevantes. A criação de uma estratégia central permitirá criar programas modulares em articulação com a oferta e outros programas já existentes.

Além disso, as IES deverão continuar a apostar na aquisição de competências relevantes para este tipo de carreira, nomeadamente através de mais oportunidades de internacionalização dos seus alunos e investigadores. A rede PERIN poderá contribuir para este objetivo ao pretender “triplicar o número de estudantes em mobilidades no ensino superior”, sobretudo pela via do Programa Erasmus+ (PERIN, 2022: 2). As competências adquiridas após uma experiência internacional poderão ser exponenciadas mediante um programa de reflexão, tal como sugerido pelo projeto Erasmus Skills<sup>10</sup>, financiado pelo programa Erasmus+. Quanto aos estudantes *incoming*, as IES deverão promover o seu envolvimento na criação e execução ativa das suas estratégias de internacionalização (Mourato Pinto e Benke-Åberg, 2019), à semelhança do que é feito no exemplo de Barcelona. Estes tipos de envolvimento dos estudantes “internacionalizados” contribuí para a aquisição de competências importantes para a diplomacia científica. Por fim, os gabinetes de apoio à formação profissional das IES deverão também receber instruções sobre as oportunidades na área a fim de melhor aconselhar os alunos interessados.

#### **IV – Rumo à Equipa Portugal**

Por fim, e porque a diplomacia científica é apenas uma das expressões da diplomacia e da ciência portuguesa, a criação de uma estratégia para este campo deverá ter como objetivo principal a melhor integração do tema naquilo que Portugal já faz. O objetivo é criar uma única “Equipa Portugal”, a qual deverá reunir-se periodicamente e agregar os principais atores, tais como os diferentes conselheiros nas embaixadas, os Conselheiros das Comunidades Portuguesas, empresários portugueses emigrados, as redes de profissionais e investigadores portugueses no estrangeiro, entre outros. Desta forma, estes últimos poderiam disseminar com maior propriedade as mensagens mais relevantes da ciência e da política externa portuguesa entre os seus membros, efetivamente envolvendo os cientistas portugueses na diplomacia portuguesa e expandindo assim o alcance do *soft power* nacional. Para um país com recursos limitados, geograficamente pequeno e periférico no contexto europeu, a extensão do *soft power* através da emigração tem um potencial de ganhos de poder relativo que Portugal pode explorar melhor. Assim, a criação de uma Equipa Portugal poderia facilitar a criação de uma mensagem única e partilhada por todos os atores nos diversos campos, aumentando a eficácia das novas expressões da diplomacia portuguesa. No fundo, trata-se de construir a governança da diplomacia científica portuguesa, esbatendo fronteiras

<sup>10</sup> [erasmuskills.eu](http://erasmuskills.eu).



institucionais e promovendo a interdisciplinaridade e espírito colaborativo que lhe são essenciais.

## Conclusão

A produção científica em Portugal está a atingir um novo patamar com um número recorde de publicações, patentes registadas e circulação de cérebros dentro e fora do país. Este clima de inovação, associado ao crescente número de estudantes no ensino superior, ao potencial tanto da diáspora como da lusofonia e às possibilidades abertas pelos fundos europeus, fazem deste o momento indicado para uma forte aposta na diplomacia científica. Este artigo procurou identificar algumas dinâmicas decorrentes da implementação Resolução do Conselho de Ministros n.º 78/2016, sobretudo as mais relevantes para as redes de profissionais e investigadores portugueses no estrangeiro, com vista a contribuir para o debate sobre o tema. As ideias para o futuro sugerem a criação de uma estratégia nacional para a diplomacia científica que promova o associativismo académico e científico da diáspora portuguesa como forma de apoio a uma carreira científica sem barreiras nacionais – tal como o exige a ciência – mas com oportunidades de permanecer ligado ao país e de contribuir para o seu progresso, mesmo que a partir do estrangeiro.

Parte do sucesso futuro da diplomacia científica portuguesa prender-se-á com a sua capacidade de captação dos seus graduados, seja pela via das IES, das cidades, das embaixadas ou outra. Em todas elas as redes de profissionais e investigadores portugueses no estrangeiro podem desempenhar um papel fulcral ao combinarem uma dimensão formal e informal da experiência internacional, sendo promotoras de uma boa integração dos portugueses no estrangeiro e da captação de estrangeiros para investigar em Portugal. Elas são fundamentais nesta “circulação de cérebros” que a ciência moderna promove e na qual Portugal se vem integrando. Ao manter os seus graduados ligados ao país, Portugal poderá conseguir captar mais investimento direto estrangeiro e aumentar o seu perfil em organizações internacionais. Através desta estratégia o país poderá contribuir mais ativamente para a definição da diplomacia científica, dando prioridade à clarificação de práticas e discursos, à criação de estratégias de comunicação e ao estabelecimento de carreiras dedicadas.

## Referências

- Aranda, J. (2019). *Diplomacia Científica: Saber é Poder*. Lisboa: Edições Colibri.
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (2021). *Programa IACOBUS bate meta com aprovação de 1000 projetos de investigação transfronteiriça*. Website [www.ccdr-n.pt/noticia/outros-destaques/programa-iacobus-bate-meta-com-aprovacao-de-1000-projetos-de-investigacao-transfronteirica](http://www.ccdr-n.pt/noticia/outros-destaques/programa-iacobus-bate-meta-com-aprovacao-de-1000-projetos-de-investigacao-transfronteirica).
- Comissão Europeia (2021). *Horizon Europe Strategic Plan (2021 – 2024)*. Luxembourg: Publications Office of the European Union.
- Conselho das Comunidades Portuguesas (2018) *CRE-CCP Língua e Ensino*. Website [www.ccpeuropa.wordpress.com/2018/06/19/cre-ccp-lingua-e-ensino](http://www.ccpeuropa.wordpress.com/2018/06/19/cre-ccp-lingua-e-ensino).



Conselho da União Europeia (2016). *Revised mandate for SFIC*. Bruxelas. Website <https://data.consilium.europa.eu/doc/document/ST-7308-2016-INIT/en/pdf>.

Cornago, N. (2018). "Paradiplomacy and Protodiplomacy" in Gordon Martel (ed.) *Encyclopedia of Diplomacy*. Oxford: Blackwell-Wiley.

Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (2019). *Study and Research in Portugal*. Lisboa: DGEEC.

EL-CSID (2019). *Final Report European Leadership in Culture, Science and Innovation Diplomacy (EL-CSID)*. Bruxelas: Institute for European Studies.

Elorza, A., Melchor, L., and Lacunza I. (2021). *Nurturing the EU Science Diplomacy Community: The Launch of a EU Science Diplomacy Alliance for Addressing Global Challenges*. S4D4C Policy Report, março.

Eurostat (2019). *EU citizens living in another Member State - statistical overview*. Website [https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/EU\\_citizens\\_living\\_in\\_another\\_Member\\_State\\_-\\_statistical\\_overview](https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/EU_citizens_living_in_another_Member_State_-_statistical_overview).

Fägersten, B. (2021). Intervenção no painel "Addressing Global Challenges Under Multipolarity: Science Diplomacy and Strategy" da conferência *S4D4C final meeting*. 16 de março, online.

Ferreira-Pereira, L. C. e Mourato Pinto, J. (2021). "Soft Power in the EU's Strategic Partnership Diplomacy: The Erasmus Plus Programme" in Laura C. Ferreira-Pereira and Michael Smith (eds.) *The European Union's Strategic Partnerships: Global Diplomacy in a Contested World*. Londres: Palgrave MacMillan.

Flink, T. (2021). *Why Science Diplomacy needs evaluative backing*. S4D4C Policy Brief, fevereiro.

Hartl, M. (2021). Intervenção no painel "The Future of EU Science Diplomacy" da conferência *S4D4C final meeting*. 19 de março, online.

Mendonça, S. (2016). "Diplomacia científica e tecnológica, comunicação de inovação e empreendedorismo". *Anuário Janus 2015-2016: Integração regional e Multilateralismo*. Nº 19, maio de 2016. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa.

Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (2022). *PERIN – Portugal in Europe Research and Innovation Network. Estratégia de promoção da participação nacional nos programas de financiamento da União Europeia 2021-2027 Investigação & Inovação, Erasmus, Espaço e Digital*.

Melchor, L., Elorza, A., Lacunza, I. (2021). *Calling for a Systemic Change: Towards a European Union Science Diplomacy for Addressing Global Challenges*. S4D4C Policy Report, February.

Moedas, C. (2015). *The EU approach to science diplomacy*. Discurso no European Institute, Washington DC, Estados Unidos da América. 1 de junho.

Mourato Pinto, J. e Benke-Åberg, R. (2019). "Students as co-creators of internationalisation strategies". *EAIE Conference Conversation Starter – Encompassing All Voices*. Amesterdão: European Association for International Education, pp. 19-23.



Muller, J. M. (2021). Intervenção no painel "The Future of EU Science Diplomacy" da conferência *S4D4C final meeting*. 19 de março, online.

Presidência do Conselho de Ministros (2016). *Resolução do Conselho de Ministros n.º 78/2016*. Diário da República, 1.ª série – N. 230. 30 de novembro, Lisboa.

Royal Society (2010). *New Frontiers in Science Diplomacy: Navigating the Changing Balance of Power*. Londres: Royal Society.

Ruffini, P.-B. (2021a). Intervenção no painel "Addressing Global Challenges Under Multipolarity: Science Diplomacy and Strategy" da conferência *S4D4C final meeting*. 16 de março, online.

Ruffini, P.-B. (2021b). Intervenção no painel "Bringing Universities (back) in Science Diplomacy" da conferência *S4D4C final meeting*. 17 de março, online.

SciTech DiploHub (2021). *Barcelona Alumni*. Website <https://scitechdiplohub.org/barcelona-alumni>.

SFIC Secretariat (2020). SFIC Task Force on Science diplomacy working paper "Anchoring science diplomacy in Horizon Europe developing specific subjects and activities". 21 de setembro, Bruxelas. Website <https://data.consilium.europa.eu/doc/document/ST-1357-2020-INIT/en/pdf>

UNESCO Institute for Statistics (2019). *Global Flow of Tertiary-Level Students*. Website <https://uis.unesco.org/en/uis-student-flow>.

Van Langenhove, L. (2016). "Global Science Diplomacy for Multilateralism 2.0", *Science & Diplomacy*, 5(4).

Van Langenhove, L. (2021). Intervenção no painel "European Science Diplomacy Cluster" da conferência *S4D4C final meeting*. 19 de março, online.